



**Márcia Cossetin**

Universidade Federal da Integração Latino-  
Americana (UNILA)

<https://orcid.org/0000-0002-5005-7756>  
[marcia.cossetin@unila.edu.br](mailto:marcia.cossetin@unila.edu.br)

**Juliana Fatima Serraglio Pasini**

Universidade Federal de Santa Catarina  
(CA/UFSC)

<https://orcid.org/0000-0002-7854-4038>  
[jfserraglio@gmail.com](mailto:jfserraglio@gmail.com)

 [10.28998/2175-6600.2023v15n37pe17036](https://doi.org/10.28998/2175-6600.2023v15n37pe17036)



# **DOSSIÊ: “POLÍTICAS EDUCACIONAIS NA AMÉRICA LATINA: RETROCESSOS E PERSPECTIVAS**

## **RESUMO**

O Dossiê intitulado “Políticas Educacionais na América Latina: Retrocessos e Perspectivas” representa um esforço coletivo de pesquisadores nacionais e internacionais para contribuir com a compreensão do fenômeno das políticas educacionais na América Latina. É fruto de trabalhos conjuntos que vem sendo realizados por esses pesquisadores em que se demarca, sobretudo, a realização do I Congresso Internacional de Estudos sobre Políticas Educacionais que teve como temática central as “Políticas Educacionais na América Latina: Retrocessos e Perspectivas”, e ocorreu em maio de 2023, na Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA) em Foz do Iguaçu, no estado do Paraná/Brasil. O Dossiê, composto por 13 artigos, abrange diferentes enfoques, etapas e modalidades educacionais no que se refere ao estudo das políticas educacionais no contexto latino-americano. O fio condutor das discussões e análises apresentadas nos artigos centrou-se no objetivo de compreender como tem se organizado as políticas educacionais em uma configuração econômica, política, ideológica e social conturbada e impactada por forças contraditórias que atuam na constituição educacional dos povos latino-americanos, delimitando tensões, resistências, convergências e perspectivas. Nesse sentido, espera-se fortalecer os estudos na área, bem como, publicizar elementos que possam impactar na constituição das políticas educacionais tendo como perspectiva a busca pela Educação como direito humano fundamental.

**Palavras-chave:** Política Educacional; Educação na América Latina; Direito à Educação.

**Publicado em:** 20/12/2023

## DOSSIÊ: “POLÍTICAS EDUCACIONAIS NA AMÉRICA LATINA: RETROCESSOS E PERSPECTIVAS

Márcia Cossetin<sup>1</sup>

Juliana Fatima Serraglio Pasini<sup>2</sup>

O Dossiê temático “Políticas Educacionais na América Latina: Retrocessos e perspectivas” é fruto de um trabalho coletivo, iniciado com a realização do I Congresso Internacional de Estudos sobre Políticas Educacionais (I CIPE/UNILA, 2023), que teve como eixo central de debate a temática “Políticas Educacionais na América Latina: Retrocessos e perspectivas”, que ocorreu de 16 a 19 de maio de 2023, na Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA) em Foz do Iguaçu, no estado do Paraná/Brasil. O evento congregou pesquisadoras(es) nacionais e internacionais e o debate apresentado ora apresentado, com a ampliação de participação de mais pesquisadoras(es), é resultado do esforço coletivo para contribuir com a compreensão do fenômeno das políticas educacionais na América Latina.

A proposta do Dossiê busca apresentar como as políticas educacionais estão sendo organizadas em uma configuração econômica, política, ideológica e social impactada por forças contraditórias que atuam historicamente na constituição educacional dos povos latino-americanos e, ainda, objetiva ampliar o debate sobre a temática das políticas educacionais e os estudos correlatos.

Os estudos pertinentes às políticas educacionais em diferentes países latino-americanos (GENTILI, 2007; KRAWCZYK; VIEIRA, 2012; BORDOLI; MARTINIS, 2023, dentre outros) demonstram que, em que pese as assimetrias próprias de cada país, sobretudo ao final do século XX e início do século XXI, os encaminhamentos econômicos, políticos e sociais têm apresentado semelhanças que remetem ao contexto organizativo mais amplo, engendrado na emergência de reformas dos Estados nacionais sob os

---

<sup>1</sup> Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Maringá (UEM), docente na Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas Educacionais (GREPPE/PR). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5005-7756>. E-mail: [marcia.cossetin@unila.edu.br](mailto:marcia.cossetin@unila.edu.br).

<sup>2</sup> Pós-doutora em Educação pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE) e doutora em Educação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), docente na Universidade Federal de Santa Catarina (CA/UFSC), Colégio de Aplicação. Membro do Grupo de Estudos sobre Universidade (GEU/UNEMAT/UFMT), Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas Educacionais (GREPPE/PR). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7854-4038> E-mail: [jfserraglio@gmail.com](mailto:jfserraglio@gmail.com).

ditames do ideário neoliberal, que impactam diretamente na formulação, na definição e na condução dessas políticas, inclusive, educacionais.

Nos países latino-americanos marcados, em sua maioria, pela alternância entre Governos conservadores e aqueles mais alinhados ao campo progressista e, em um e outro, pela influência do pensamento neoliberal, configura-se um processo complexo ao se tratar da implementação de políticas educacionais que promovam o direito humano à educação. Se em boa parte dos países o direito à educação elementar está assegurado, desde meados da década de 1980 convive-se com políticas econômicas que remetem ao chamado ajuste fiscal, reformas do Estado, que fazem parte da subordinação do Estado à lógica do mercado, acumulação global e, em primeira instância, à reprodução e manutenção do modo de produção capitalista e impactam o sistema educacional.

Ademais, na América Latina, nos últimos anos, apresentam-se conjunturas conturbadas que remetem a retrocessos e desafios e à necessidade de constituição e fortalecimento de forças de resistência para que direitos conquistados ao longo de décadas não sejam perdidos, dentre eles o direito à educação.

No engendramento dos processos de busca pelo direito à educação, marcado pelas resistências contra hegemônicas e, sobretudo, em função da necessidade de fortalecimento destas resistências, é imperativa a explicitação e a compreensão dos avanços e, por outro lado, dos retrocessos nas políticas educacionais, isso em função de que assim é possível vislumbrar as perspectivas na formulação e na implementação de políticas educacionais como parte da consolidação da educação como direito humano fundamental.

O conhecimento sobre as similitudes e os distanciamentos, os avanços e os retrocessos e, especialmente, as perspectivas que têm se apresentado para as políticas educacionais – definidoras da realidade educacional da América Latina – é imprescindível não apenas para qualificar os estudos, as pesquisas e os debates acerca das políticas educacionais, mas, sobretudo, para impactar nas práticas educativas e no acesso ao conhecimento para os latino-americanos.

Nesse sentido, reúnem-se no Dossiê diferentes enfoques, etapas e modalidades educacionais nas discussões sobre as políticas educacionais no contexto latino-americano. O esforço configura articulações entre pesquisadoras(es) com o propósito de ampliar e potencializar a interlocução sobre a temática proposta, mediante a socialização de pesquisas e estudos, que tensionam e problematizam como se organizam as políticas educacionais em uma configuração econômica, política, ideológica e social conturbada e

impactada por forças contraditórias que atuam na constituição educacional dos povos latino-americanos, delimitando tensões, resistências, convergências e perspectivas.

O Dossiê é composto por treze artigos de pesquisadores nacionais, dos estados do Paraná, Santa Catarina, São Paulo, Amazonas, Rio Grande do Norte, e internacionais, do Chile e da Argentina.

O primeiro artigo foi escrito por Sebastián Díaz Donoso, da Universidade de Talca, Instituto de Investigación e Desenvolvimento Educacional, da região de Maule, Chile. O artigo “El labirinto de la política educativa chilena tras la pandemia” analisa as “encruzilhadas” da política educacional chilena, no contexto pós pandemia, incluindo conflitos e contradições que já reverberam há mais de quatro décadas no Chile, acentuadas com a instauração de uma educação pautada no modelo mercadológico, que agrava um cenário de desigualdade social e educacional, provocando desânimo aos profissionais da educação, os quais persistem em um cenário de luta e contradição entre a busca da qualidade educacional e a precarização do sistema educacional.

O segundo artigo, cujo o título é “Políticas de individualização na Argentina recente”, escrito por Myriam Feldfeber e Nora Gluz, ambas da Universidade de Buenos Aires (UBA), Argentina, problematiza o retrocesso na expansão dos direitos que ocorreu na Argentina a partir da década de 1990, com descontinuidades e retrocessos presentes na política educacional, que representaram recuos às políticas destinadas à inclusão social no campo escolar. Busca demonstrar como, por meio de tecnologias de individualização, as políticas que garantiam a proteção coletiva foram abandonadas e passou-se a impulsionar outras que, a partir de perspectivas meritocráticas, promovem a ativação dos sujeitos e os tornam responsáveis por suas próprias trajetórias educativas.

O terceiro artigo escrito por Márcia Cossetin, da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), e Cassia Alessandra Domiciano, da Universidade Federal do Paraná (UFPR), intitulado “O direito à educação na tríplice fronteira: Argentina, Brasil e Paraguai”, buscou compreender como os países da tríplice fronteira, organizam a educação obrigatória, situando o setor privado na oferta educativa. Apresentam elementos, que indicam que a oferta da educação em idade obrigatória, ocorre majoritariamente via setor público, no entanto, há um forte incentivo legal à subvenção pública à oferta privada, demarcando-se o complexo processo que envolve a responsabilidade do Estado na efetivação do direito à educação.

O próximo artigo é escrito por Selma Venco, da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e Allan Kenji, da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), no artigo “A docência à deriva: entre a tecnologia do futuro e a precariedade do presente” problematiza-

se as reconfigurações do trabalho docente frente ao avanço da indústria de tecnologias educacionais no Brasil. Assevera-se que o fenômeno cultiva a desvalorização da função pública no âmbito educacional e refletem a standardização do trabalho docente, a inclinação na direção do gerenciamento, controle e subsunção real do trabalho docente diante da maquinaria, bem como para a apropriação de partes significativas de suas atividades intelectuais em face da reprodutibilidade técnica.

Isaura Mônica Zanardini, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE) e Eneida Shiroma, da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), por meio do artigo “A relação entre a gestão da educação e o novo desenvolvimentismo”, tratam da gestão da educação no contexto do chamado “novo desenvolvimentismo” difundido no Brasil nas últimas décadas do século XX. A proposição foi orientada pelo pressuposto de que os documentos oficiais internacionais e nacionais, a partir dos anos 2000, assumem características aparentemente “inovadoras”, mas reproduzem a perspectiva da eficácia e da eficiência propaladas nos anos 1990, como componentes de uma “nova roupagem” do liberalismo denominada novo desenvolvimentismo. Com esse entendimento, tecem considerações sobre as propostas destas organizações para a gestão educacional e a implantação de práticas eficazes como tendências de ressignificar o sistema educacional associadas a uma suposta nova perspectiva de desenvolvimento.

Camila Maria Bortot e Elisângela Alves da Silva Scaff, ambas da Universidade Federal do Paraná (UFPR), no artigo “Da lógica argumentativa à legitimidade da expertise: a agenda regional para a infância Latino-Americana e Caribenha (2000-2020) analisam a organização da *expertise* de Organismos Multilaterais (OM) regionais sobre as políticas educacionais para a infância na América Latina e Caribe, no período de 2000 a 2020. Os resultados apontam para o controle simbólico convergente de homogeneização, cooperação e aconselhamento da padronização de políticas intersetoriais e interinstitucionais, criando-se, por meio da lógica argumentativa à legitimidade da *expertise*, uma agenda de reprodução da infância como etapa promotora de custo-efetividade para as reformas educacionais atuais, em que a participação do setor privado é amplamente destacada.

Ivanir Gomes da Silva, do Instituto Federal do Paraná/Capanema (IFPR), Juliana Fatima Serraglio Pasini, da Universidade Federal de Santa Catarina/Colégio de Aplicação (UFSC) e Valdecir Soligo, da Universidade Estadual do Paraná (UNIOESTE), no artigo intitulado de “Inclusão da Pessoa com deficiência no ensino superior: um estudo sobre Argentina, Brasil e Paraguai”, realizam um estudo comparado das políticas educacionais de inclusão da pessoa com deficiência no ensino superior, com foco nas políticas

desenvolvidas pelos sistemas federais de educação, dos seguintes países: Argentina, Brasil e Paraguai. Concluem que o ensino superior nestes três países, está em processo de integração e transformação regional, com políticas de inclusão às pessoas com deficiência em desenvolvimento e indicam que estas devem ser continuadas.

Ana Paula Araújo Fonseca, da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), no artigo “Políticas de Educação Especial no Estado do Paraná: Caminhando na contramão da educação inclusiva”, trata da legislação do estado do Paraná sobre Educação Especial, realizando correlações históricas e políticas que auxiliam na compreensão da escolha desse estado brasileiro em caminhar na contramão da Educação Inclusiva, prevista em diferentes documentos normativos e orientativos. Problematisa as semelhanças das ações adotadas no estado do Paraná que convergem com o decreto nº 10.502/2020, suspenso pelo Supremo Tribunal Federal e revogado no executivo Federal no ano de 2023, que vem fortalecendo a opção segregadora e privada como política de educação especial para as pessoas com deficiência desde a aprovação da PNEEPEI.

O oitavo artigo “O direito à educação e à inclusão de alunos refugiados em uma escola estadual em Cuiabá-MT”, de autoria de Rafael Masson Furtado e Daniel Pulcherio Fensterseifer, ambos da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, investigaram a efetividade da Resolução nº 002/2019 do Conselho Estadual de Educação de Mato Grosso e a legislação brasileira que rege o ensino para alunos refugiados no Brasil, sob a óptica dos professores e gestores. Apresentam as reflexões, os desafios e as recomendações para que se possa expandir o tema e se proporcione a criação de políticas públicas que atendam efetivamente os direitos educativos e humanos dos estudantes refugiados venezuelanos.

O artigo seguinte “Educação para pessoas privadas de liberdade: reflexões a partir do Caderno de práticas de tratamento penal nas unidades penais do Paraná-Brasil”, escrito por Marta Cossetin Costa, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná/Foz do Iguaçu (UNIOESTE) e da Secretaria de Estado da Segurança Pública do Paraná (SESP/PR), e Ireni Marilene Zago Figueiredo, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná/Cascavel (UNIOESTE). No artigo apresentam análise a partir das normativas internacionais, legislações nacionais e artigos científicos que abordam a temática de educação nas prisões com relação ao contexto prisional do estado do Paraná, no Brasil, tendo como foco refletir sobre a educação para pessoas privadas de liberdade a partir do anunciado no Caderno Práticas de Tratamento Penal nas Unidades Penais do Paraná (2011). Demarcam que o apresentado no Caderno demonstra o alinhamento com as normativas e legislações nacionais e internacionais, o texto expressa a garantia do direito à educação, com ênfase

para a educação básica, anunciando a ressocialização e inserção no mercado de trabalho das pessoas privadas de liberdade.

Lidiane Cossetin Alves e Lurdes Kaminski Alves, ambas da Universidade Estadual do Paraná/Cascavel (UNIOESTE), são as autoras do artigo “História Afro-brasileiras e africanas: “Capulana: um pano estampado de histórias””. No artigo apresentam as relações entre a cultura afro-brasileira e africana e as Políticas Educacionais do Brasil, por meio da análise literária da obra “Capulana: um pano estampado de histórias” (Lima; Lemos, 2014), sobre o que expressam as Leis nº 10.639/2003, nº 11.645/2008 e nº 9.099/2017 – PNLD. Concluem que obra “Capulana” abrange o antirracismo, a cultura e a história afro-brasileira e africana, atendendo aos dispostos legais e ampliando-os, aspectos essenciais para o direito à educação.

Maria Nilvane Fernandes, da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Adriana Medeiros Farias, da Universidade Estadual de Londrina (UEL), e Giovan Nonato Rodrigues Soriano, da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), com o título “A educação de adultos na América Latina: projetos societários subjacentes em um emaranhado de denominações”, verificam as mudanças promovidas pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) na definição de uma agenda política para a Educação de Adultos na América Latina. Observam que o emaranhado de denominações indica um alinhamento com as contrarreformas neoliberais que estão sendo enfrentadas pelos movimentos e organizações sociais mantendo os princípios contra sistêmicos da Educação Popular.

O último artigo “Mapeamento Stricto Sensu sobre as questões étnico-raciais e a formação de professores de história”, de Sandra Maria Campos Alves, do Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN) e Rusiane Silva Torres, da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UFRN), mapeou-se os estudos acadêmicos que discutem acerca da cultura africana e afro-brasileira nos cursos de licenciatura em História. Como resultado, identificaram a predominância de um currículo pautado no eurocêntrico nos cursos de formação inicial de professores de História. Concluíram que as culturas africanas e afro-brasileiras aparecem de forma secundária nos currículos dos cursos de licenciatura em História.

O conjunto de textos apresentados nesse Dossiê possibilita refletir e ressignificar questões epistemológicas e metodológicas do lugar das políticas educacionais no contexto latino-americano, além de, sobretudo, problematizar o direito a educação como um direito fundamental. Nesse sentido, agradecemos as(aos) pesquisadoras(es) envolvidas(os) com a produção do Dossiê e intencionamos que este se constitua como fonte de conhecimento

e contribua com a produção de novas pesquisas sobre as políticas educacionais na América Latina, na perspectiva de construção de uma educação emancipatória e humanizadora!

Por fim, desejamos uma excelente leitura e convidamos ao debate!

## REFERÊNCIAS

BORDOLI, Eloísa; MARTINIS, Pablo. Impulso y freno em producción del derecho a la educación em la enseñanza básica. Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación, Universidad de la República Uruguay, 2023.

GENTILI, Pablo. Desencanto y utopía la educación en el laberinto de los nuevos tempos Rosario: Homo Sapiens Ediciones, 2007.

KRAWCZYK, Nora; VIEIRA, Vera Lúcia. Uma perspectiva sociológica da reforma educacional na América Latina: Argentina, Brasil, Chile, e México nos anos de 1990. Brasília: Livro Liber, 2012.